



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2018 – CMDCA DE GASPAR/SC

O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente (cmdca) de gaspar/sc no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.432/1993 e considerando a in-tc 14/2012 do tribunal de contas do estado de santa catarina e a lei federal nº 13.019/2014 com alterações efetuadas pela lei número 13.204/2015, torna público o lançamento do presente chamamento público e convoca as organizações da sociedade civil (osc), inscritas neste conselho, apresentarem projetos que tenham por objeto a execução de proposta voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, através do fundo da infância e adolescência (fia) de gaspar, para firmar parceria por meio de termo de fomento nos termos e condições estabelecidas neste edital.

1. FINALIDADE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

- 1.1. O propósito da formalização de parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), será para execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas de atendimento da criança e do adolescente, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990, a Resolução nº 137/2010 do CONANDA e a Resolução nº 021/2017 do CMDCA de Gaspar/SC.
- 1.2. Este procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019/2014 com alterações efetuadas pela lei número 13.204/2015, pela Instrução Normativa IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Municipal nº 1.432/1993, Resolução nº 021/2017 do CMDCA de Gaspar/SC, além das condições previstas neste Edital.



- 1.3. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de Gaspar/SC na internet (www.gaspar.sc.gov.br) no dia 18 de Dezembro de 2018, com prazo de 30 (trinta) dias de publicação, contado da data de publicação do Edital.
- 1.4. Será selecionado até 10 (dez) projetos com valor máximo de cada projeto em 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
- 1.5. Observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a elaboração dos Termos de Fomento, cujo valor total é de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

2. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

- 2.1. O termo de fomento terá por objeto a concessão e apoio a projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes, conforme a Resolução nº 021/2017 do CMDCA, tendo como público alvo, crianças e adolescentes residentes no município de Gaspar/SC.
- 2.2. Os objetivos específicos da parceria em questão é fomentar e efetivar as garantias fundamentais da criança e do adolescente no Município de Gaspar, através:
 - a) Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
 - 2.2.1. Oferecer cursos preparatórios para o mercado de trabalho para os adolescentes cursando o ensino regular.
 - 2.2.2. Garantir mais de uma modalidade de curso profissionalizante garantindo no mínimo aulas de uma vez por semana.
- 2.3. Garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



- 2.4. Para os fins deste edital se entende por Projeto o conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil – OSCs.
 - 2.5. O presente edital busca qualificar e potencializar os serviços para a promoção da rede de atendimento à criança e adolescente de Gaspar/SC.
 - 2.6. Serão considerados os Projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, cujos Planos de Trabalho prevejam ações a serem desenvolvidas no período máximo de até 12 (doze) meses e que contemple ações previstas no item – 3.2.
 - 2.7. As Organizações da Sociedade Civil devem apresentar seus projetos para a análise, apreciação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, antes da realização de qualquer atividade ligada à captação de recursos, de destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.
 - 2.8. Para inscreverem projetos a serem financiados com recursos do FIA, as Organizações da Sociedade Civil deverão estar com o atestado de funcionamento vigente junto ao CMDCA.
 - 2.9. O limite de valor do projeto é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo necessário, contudo, que o valor total indicado seja condizente com os objetivos perseguidos.
 - 2.10. O número de termos de fomento celebrado por meio deste edital será de até 10 (dez) termos, sendo estes executados no período máximo de até 12(doze) meses.
3. O Chamamento Público destina-se à análise e seleção de projeto de Entidades da Sociedade Civil (OSCs) que poderão ser financiados pelo saldo remanescente do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) de Gaspar/SC no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).



4. O valor total destinado para financiamento dos projetos será de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais.)

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A política municipal da criança e do adolescente se baseia no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desses instrumentos e em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente aprovada no âmbito das Nações Unidas em 1989, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos (e não mais como meros objetos de intervenção), respeitadas sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a prevalência de seu interesse superior, a indivisibilidade de seus direitos e a sua prioridade absoluta nas políticas públicas.

5.2. Considerando que o CMDCA/Gaspar tem como principais atribuições:

- a) realizar intervenções em seu contexto de atuação, de forma a possibilitar que medidas de proteção e socioeducativas sejam corretamente aplicadas no município;
- b) planejar, elaborar, acompanhar e fiscalizar as Políticas Públicas voltadas à infância e adolescência;
- c) formular Políticas Públicas na promoção do desenvolvimento integral, de forma não discriminatória assegurando o direito de opinião e participação;
- d) fazer executar o trabalho em Rede;
- e) planejar Políticas Públicas;
- f) acompanhar o reordenamento institucional propondo, sempre que necessárias, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes;
- g) estimular a formação técnica permanente, promovendo e apoiando a realização de eventos e estudos na área da criança e adolescentes;
- h) controlar e Gerir o Fundo e fixar critérios para a sua utilização, entre outras;

5.3. A proteção integral de crianças e adolescentes, bem como a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural devem ser garantidos, sendo de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a sua promoção, proteção e defesa, colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a devida averiguação e reparação decorrente de violações.

5.4. Nos últimos anos, grandes conquistas foram alcançadas na garantia de direitos de crianças e adolescentes, em especial por meio de aprovações de importantes marcos legais. Nesse aspecto, destaca-se: a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo, a Lei nº 13.010/2014, que estabeleceu o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante e a Lei nº 12.978/2014, que tornou hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

5.5. Diante desses avanços na normatização da garantia de direitos e na própria política de proteção a crianças e adolescentes, faz-se necessária uma organicidade, por meio da integração do governo municipal, sociedade civil e demais atores envolvidos no Sistema de Garantias de Direitos.

5.6. Dessa forma, os chamamentos públicos promovidos pela administração pública municipal e conselhos de políticas públicas para a formalização de parcerias estratégicas potencializam a execução de ações previstas nos marcos normativos da infância e adolescência de Gaspar/SC.

6. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), sendo estas consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” e/ou “c”, da Lei nº 13.019/2014:

- a) Entidade sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867/1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por



programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; e

- c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

6.2. Somente poderão ser inscritos projetos das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com registro válido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência (CMDCA) de Gaspar/SC.

6.3. Somente poderão participar projetos das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atender o objeto do chamamento com os seguintes critérios específicos;

- a) Promover curso profissionalizante para crianças e adolescentes do município de Gaspar/SC;
- b) Esteja com atuação na cidade de Gaspar/SC, promovendo e executando as ações propostas dentro do município;
- c) Tenha estrutura para atender o público do projeto proposto;
- d) Que atenda todos os critérios estipulados neste edital;

6.4. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio.

7. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

7.1. Para a celebração do termo de fomento, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I e art. 35, caput, inciso III, ambos da



Lei nº 13.019/2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014);

- b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, da Lei nº 13.019/2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014);
- c) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019/2014);
- d) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019/2014);
- e) Ter experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante de no mínimo 12 (doze) meses (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019/2014);
- f) Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme (Anexo I) - Declaração sobre Instalações, Condições Materiais e Capacidade Técnica e Operacional. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019/2014);
- g) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada através de declaração, não sendo necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de



serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento e execução do objeto da parceria;

- h) Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019/2014;
- i) Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019/2014);
- j) Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles, conforme (Anexo II) – declaração de relação dos dirigentes da entidade e de que a entidade não incorre nas vedações legais (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014);
- k) Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014);
- l) Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil (OSC) se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b” e art. 33, §3º, ambos da Lei nº 13.019/2014); e
- m) Os documentos que devem corroborar o projeto para a concessão de recursos são os mesmos previstos no (art. 21 §1º, da IN-TC nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Lei nº 13.019/2014 (Anexo VII).

7.2. Ficará impedida de celebrar o Termo de Fomento a Organização da Sociedade Civil (OSC) que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);



- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019/2014);
- c) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019/2014);
- d) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II, do art. 73 ou com a sanção prevista no inciso III, do art. 73, ambos da Lei nº 13.019/2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019/2014);
- e) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
- f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos, que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do art. 12, da Lei nº 8.429/1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014); e
- g) Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (art. 39, caput, inciso III, da Lei nº 13.019/2014).

8. COMISSÃO DE SELEÇÃO



- 8.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma de resolução do CMDCA, por um representante da Procuradoria, um representante da Contabilidade do Município, dois representantes do CMDCA sendo, presidente e o vice-presidente e um técnico da área socioassistencial, devendo a Comissão apresentar parecer ao final da análise, submetido à aprovação em plenária do CMDCA, a qual anunciará os projetos selecionados.
- 8.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer Organização da Sociedade Civil (OSCs) participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813/2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014).
- 8.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019/2014).
- 8.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
- 8.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

9. DA FASE DE SELEÇÃO

- 9.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do edital no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de www.gaspar.sc.gov.br .	17/12/2018 a 18/12/2018

2	Recebimento dos envelopes relativos à documentação e projetos pelo CMDCA.	21/01/2019 25/01/2019	a
3	Abertura dos envelopes (sessão pública).	28/01/2019	
4	Publicação no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de www.gaspar.sc.gov.br . resultado da habilitação documental.	29/01/2019	
5	Recebimento dos recursos	30/01/2019 31/01/2019	a
6	Análise dos recursos recebidos (Se houver)	01/02/2019	
7	Publicação no Diário Oficial do resultado dos recursos	01/02/2019	
8	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	04/02/2019	
9	Parecer técnico da Comissão interdisciplinar.	05/02/2019	
10	Reunião Extraordinária CMDCA para análise do parecer do resultado preliminar da comissão de seleção para prosseguimento na fase de celebração	06/02/2019	
11	Publicação no Diário Oficial do resultado preliminar.	07/02/2019	
12	Interposição de recursos contra o resultado preliminar. (Se houver)	08/02/2019 11/02/2019	a
13	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção. (Se houver)	12/02/2019	
14	Reunião Ordinária CMDCA para análise do parecer do resultado dos recursos analisados pela comissão de seleção (se houver).	13/02/2019	
15	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões	14/02/2019	
16	Publicação do resultado final do edital	15/02/2019	
17	Formalização da parceria	12/03/2019	

9.2. O convite para a sessão pública de abertura dos envelopes será divulgado em tempo oportuno, especificando o horário e local do evento, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, nos meios de divulgação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e em publicação no Diário Oficial.

9.2.1. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019/2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigíveis apenas os projetos selecionados, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019/2014.

9.3. Etapa 1 - Publicação do Edital de Chamamento Público: O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Municipal responsável pela condução do chamamento na internet no site: [HTTP://www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.



9.4. Etapa 2 - Envio dos projetos:

9.4.1. Os projetos deverão ser apresentados, até as 16 horas do dia 25 de Janeiro de 2019;

9.4.2. Os projetos deverão ser protocolados a partir do dia 21/01/2019 à 25/01/2019, na sala de Assessoria aos Conselhos, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida das Comunidades, n° 133, Centro, em Gaspar/SC, de segunda-feira à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência;

9.4.3. A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal;

9.4.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Comissão de Seleção;

9.4.5. As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) A descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto, indicando inclusive o eixo temático do item 2.2;
- b) As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) O valor global.

9.5. Etapa 3: Abertura dos envelopes (sessão pública).

9.6. Etapa 4: Publicação no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de www.gaspar.sc.gov.br. resultado da habilitação documental.

9.7. Etapa 5: Recebimento dos recursos referente a publicação da Etapa 4.

9.8. Etapa 6: Análise dos recursos recebidos (Se houver)

9.9. Etapa 7: Publicação no Diário Oficial do resultado dos recursos (Se houver)

9.10. Etapa 8: Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento;

TABELA 2

Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 a 3,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 a 1,9 pontos). 	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0 a 1,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0 a 0,9 pontos). 	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexó entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0 a 1,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 a 0,9 pontos). 	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0 a 1,9 pontos). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0 a 0,9 pontos) 	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

9.10.1. Após pontuar, levando em consideração os critérios da tabela 2 (dois), a Comissão de Seleção encaminhará as propostas para deliberação do CMDCA, junto com o parecer descritivo fundamentado que demonstre:



I - A conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº. 4.320/64;

II - A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - Viabilidade do projeto, capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - Cumprimento dos objetivos – adequação ao tema; qualidade técnica do projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade do projeto, atividades e resultados esperados e quantidade de atendimentos;

V - A compatibilidade entre os quantitativos de materiais e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VI - A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

VII - Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio;

VIII - Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade);

IX - Mérito do projeto diante da realidade local;

X - Sua adequação à Resolução 137/2010 do CONANDA e/ou outra que a venha complementar e/ou substituir o interesse público do objeto e os benefícios sociais a serem obtidos;

9.10.2. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (D), deverá acarretar a eliminação da proposta;

9.10.3. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á na Etapa 1 (um) da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem 7.5.5;

9.10.4. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) Que estejam em desacordo com o presente Edital; e
- b) Cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 10.4 deste Edital.



- c) Se o projeto alcançar valor inferior a 6.0.
- d) Se o projeto tiver nota 0 (zero) em algum dos critérios da tabela 2.

9.10.5. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento; e

9.10.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

9.11. Etapa 9: Publicação no Diário Oficial do resultado da Habilitação Técnica após análise dos projetos apresentados.

9.12. Etapa 10: Reunião Extraordinária CMDCA para análise do parecer do resultado preliminar da comissão de seleção para prosseguimento na fase de celebração.

9.13. Etapa 11: Divulgação do resultado preliminar da comissão de seleção para prosseguimento na fase de celebração.

9.14. Etapa 12: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

9.14.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 2 (dois) dias, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo;

9.14.2. Os recursos serão apresentados por meio físico a Comissão de Seleção, protocolados na sala dos conselhos, junto a Secretaria de Assistência Social;



- 9.14.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, por meio físico, arcando somente com os devidos custos; e
- 9.14.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresentem contra razões, se desejarem, para a Comissão de Seleção.
- 9.15. Etapa 13: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção. (Se houver)
- 9.15.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará;
- 9.15.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento dos recursos, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao CMDCA, com as informações necessárias à decisão final;
- 9.15.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no primeiro dia útil após a deliberação da plenária do CMDCA. Não caberá novo recurso contra esta decisão;
- 9.15.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção; e
- 9.15.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.16. Etapa 14: Reunião Extraordinária CMDCA para análise do parecer do resultado dos recursos analisados pela comissão de seleção (se houver).
- 9.17. Etapa 15: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CMDCA deverá homologar e divulgar, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.



9.17.1. A homologação não gera direito para Entidades Não Governamentais à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019/2014); e

9.17.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, as entidades com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas às exigências deste Edital, o CMDCA poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

9.17.3. Após a fase de classificação, as entidades com as maiores pontuações seguindo a ordem da maior para menor terão dentro da previsão orçamentária o prosseguimento para celebração.

9.18. Etapa 16: Publicação do resultado final do edital, publicação da entidade que irá executar o objeto do chamamento.

9.19. Etapa 17: Formalização da parceria com o executivo.

9.20. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

9.21. Após pontuar, levando em consideração os critérios da tabela 2 (dois), a Comissão de Seleção encaminhará as propostas para deliberação do CMDCA, junto com o parecer descritivo fundamentado que demonstre:

I - A conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº. 4.320/64;

II - A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias das entidades beneficiárias com o objeto do repasse;

III - Viabilidade dos projetos, capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - Cumprimento dos objetivos – adequação ao tema; qualidade técnica do projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade do projeto, atividades e resultados esperados e quantidade de atendimentos;

V - A compatibilidade entre os quantitativos de materiais e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VI - A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

VII - Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio;

VIII - Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade);

IX - Mérito do projeto diante da realidade local;

X - Sua adequação à Resolução 137/2010 do CONANDA e/ou outra que a venha complementar e/ou substituir o interesse público do objeto e os benefícios sociais a serem obtidos;

10. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

10.1. Fases de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO ETAPA	DA	RESPONSÁVEL PELA ETAPA	PRAZO
1	Parecer técnico		Equipe técnica interdisciplinar da área socioassistencial (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo)	2 (dois) dias
2	Entrega dos documentos descritos no Anexo I, II e III		Comissão de Seleção	2 (dois) dias
3	Elaboração do Termo de Fomento		CMDCA	4 (quatro) dias
4	Parecer Jurídico		Procuradoria do Município de Gaspar	4 (quatro) dias
5	Assinatura do Termo de Fomento		CMDCA	3 (três) dias

10.1. Etapa 1 – Sobre o parecer técnico.

10.1.1. O parecer técnico do plano de trabalho ao qual refere-se a tabela 3, deverá ser feito por equipe técnica da área socioassistencial.



10.1.2. Os profissionais socioassistenciais deverão ser indicados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Gaspar.

10.1.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito a celebração da parceria.

10.1.4. Os profissionais indicados pela Secretaria de Assistência Social terão 3 (três) dias úteis para análise e a realização do parecer técnico após sua indicação.

10.1.5. Se o parecer técnico trouxer ressalvas em relação ao plano de trabalho, a entidade Não Governamental serão comunicados pelos aspectos ressaltados justificando a preservação desses aspectos ou sua exclusão devendo se manifestar no prazo de 2 (dois) dias.

10.2. Etapa 2 – Entrega dos documentos descritos nos Anexos I, II e III.

10.2.1. Os documentos relacionados no Anexo I, II e III deverão ser entregues na sala de Assessoria dos Conselhos anexo a Assistência Social do Município de Gaspar.

10.2.2. As Entidades Não Governamentais terão prazo de 2 (dois) dias úteis para entrega dos documentos referentes ao Anexo I, II e III, após a notificação pelo CMDCA, caso a Comissão Identifique a falta de documentos.

10.2.3. Após a entrega a Comissão de Seleção fará a análise dos documentos recebidos no prazo de 3 (três) dias.

10.2.4. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) serão comunicadas do fato para regularizar sua situação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

10.2.5. No período entre a apresentação da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, a Organizações da Sociedade Civil (OSCs) fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobre tudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração;



10.2.6. As Organizações da Sociedade Civil deverão comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

10.3. Etapa 3 - Parecer Jurídico

10.3.1. A Comissão de Inscrição do CMDCA irá analisar as etapas I e II da tabela 3 da fase da celebração dos projetos já selecionados.

10.3.2. Caso se verifique irregularidade formal nas etapas apresentadas ou constatado evento que impeça a celebração, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) serão comunicadas do fato e instalada a regularizar sua situação, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

10.3.3. Após constatado que as fases mencionadas estão de acordo com atual edital, a Procuradoria Geral do Município emitirá parecer jurídico sobre o termo de fomento que será emitido pelo CMDCA garantindo a Entidade com maior pontuação Não Governamentais a celebração do Termo de Fomento.

10.4. Etapa 4 – O CMDCA do Município de Gaspar emitirá o Termo de Fomento encaminhando para parecer jurídico da procuradoria de Gaspar

10.5. Etapa 5 - Assinatura do Termo de Fomento, formalização com o CMDCA da parceria.

11. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

11.1 Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 14.22.08.243.0027.1175.3.3.50.

11.2 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital é provenientes do orçamento do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), autorizado pela Lei Municipal nº 1.432/1993, por meio do Programa 0027- 2018.



- 11.3 A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida nos exercícios subseqüentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.
- 11.4 O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) no exercício de 2019.
- 11.5 O valor teto para a realização do objeto do termo de fomento é de até R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) por projeto. O exato valor a ser repassado será definido no Termo de Fomento, observada a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC).
- 11.6 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.
- 11.7 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) deverão observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX, do art. 42 e nos arts. 45 e 46 todos da Lei nº 13.019/2014 e IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. É recomendável a leitura integral dessas legislações, não podendo as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ou seu dirigente, alegar, futuramente, que não as conhece, seja para deixar de cumpri-las, seja para evitar as sanções cabíveis.
- 11.8 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019/2014):
- a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;



- b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) Custos indiretos necessários à execução do objeto sejam qual for à proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

11.9 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvada as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município (art. 45, inciso II, da Lei nº 13.019/2014).

11.10 É vedado contratar para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvada as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

11.11 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

11.12 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativa. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

12. CONTRAPARTIDA

12.1 Das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) selecionada será exigida;



- a) As atividades deverão ser executadas no Município de Gaspar/SC
- b) As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) terá que ter a estrutura que comporte o projeto proposto.
- c) As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) irá prever a captação do público previsto no projeto.
- d) Manutenção da regularidade do público proposto no projeto junto à execução.

13. PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A prestação de contas será analisada pelo CMDCA através da comissão de orçamentos e finanças e acompanhamento, que poderão sem aviso prévio, e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução dos projetos.

13.2. Após a análise pela comissão de finanças do CMDCA a prestação de contas será encaminhada para análise e parecer do Controle Interno do Município de Gaspar.

13.3. A prestação de contas será conforme IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Anexo VII), Resolução nº 021/2017 do CMDCA de Gaspar, Decreto Municipal nº 900/2005 e Lei Federal nº 13.019/2014.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Gaspar na internet ([HTTP://www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

14.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no endereço informado. A resposta às impugnações caberá a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições do CMDCA.



- 14.3. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data limite para envio da proposta;
- 14.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado; e
- 14.3.2. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.
- 14.4. O CMDCA resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.
- 14.5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 14.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/2014.
- 14.7. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.



- 14.8. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.
- 14.9. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) que participarão da celebração do Termo de Fomento deverão apresentar uma cópia digital, em formato de PDF, do projeto selecionado ao CMDCA, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Fomento. O projeto será divulgado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Gaspar.
- 14.9. O presente Edital terá vigência até dezembro de 2019.

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2018.





ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES MATERIAIS E CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019/2014,
que _____ a

(nome da Entidade Não Governamentais ou Órgão Governamental): dispõe de instalações,
condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das
atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Gaspar/SC, ____ de _____ de 2019.

(Nome completo e Cargo do Representante Legal)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE E DE QUE A ENTIDADE NÃO INCORRE NAS VEDAÇÕES LEGAIS

Declaro para os devidos fins, em nome da (nome da Entidade Não Governamental ou Órgão Governamental), que:

1. A entidade possui a seguinte relação nominal de dirigentes:

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e Cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

2. A entidade não incorre nas vedações constantes nos arts. 39 a 41 da Lei nº 13.019/2014, como também as seguintes:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e
- b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvada as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

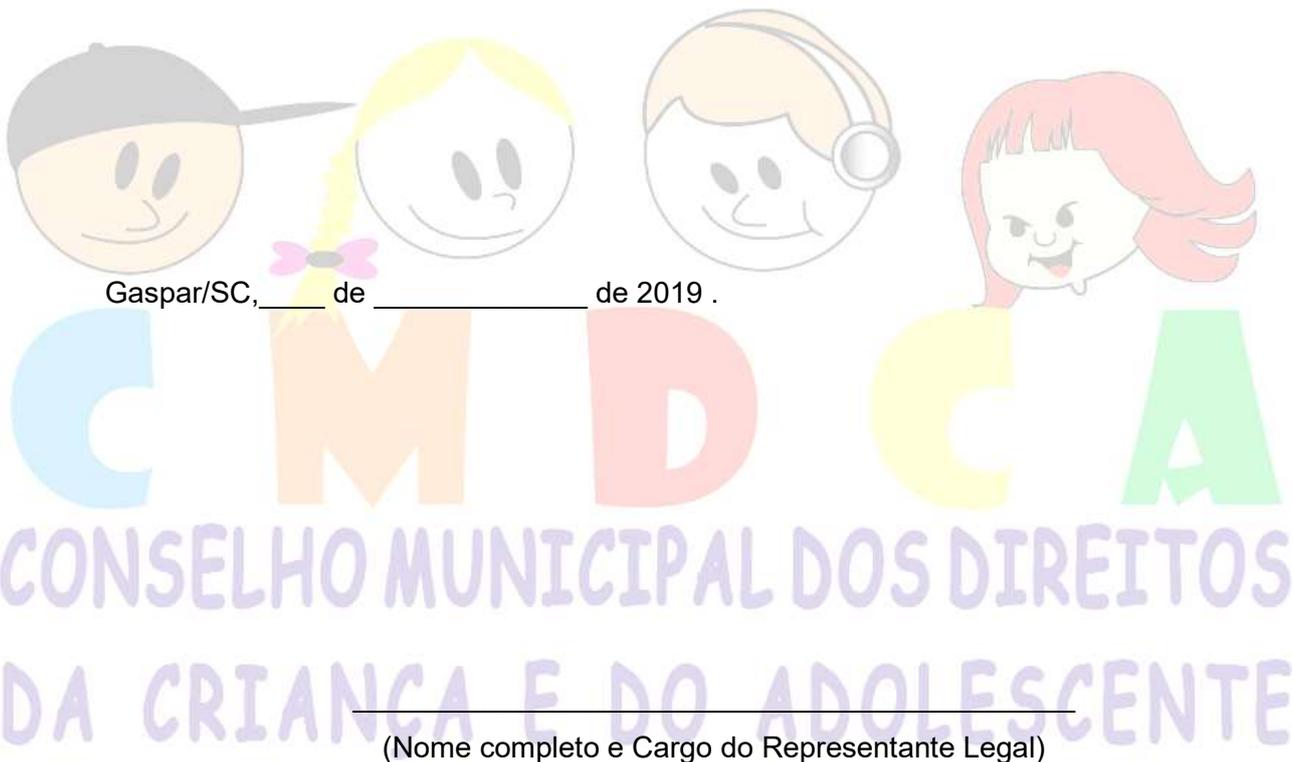
III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:



a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvada as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.



Gaspar/SC, _____ de _____ de 2019 .

(Nome completo e Cargo do Representante Legal)



ANEXO III

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

1. Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
3. Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
4. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
5. Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
6. Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
7. Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
8. Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
9. Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
10. Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
11. Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso; (vide Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05/06/2013 que suspendeu até 31/12/2013 a exigência contida neste inciso);
12. Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
13. Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-em) emitido pela Previdência Social;
14. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
15. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;
16. Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for município;
17. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;



18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

19. Comprovantes de experiência prévia de no mínimo 12 (doze) meses, por meio de relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

20. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

21. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

22. Relação nominal atualizada do dirigente das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade, número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles e declaração de que seus representantes não incorrem nas vedações legais, do art. 39 e 34, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, conforme Anexo II; e

23. Declaração do representante legal das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo I – Declaração sobre Instalações, Condições Materiais e Capacidade Técnica e Operacional.





ANEXO IV

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO

1. Descrição da realidade objeto de parceria e o anexo com a atividade ou o projeto proposto:

Deve explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente as crianças e adolescentes. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto.

Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Deve apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.

2. Ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas:

Descrever com clareza as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto.

É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a



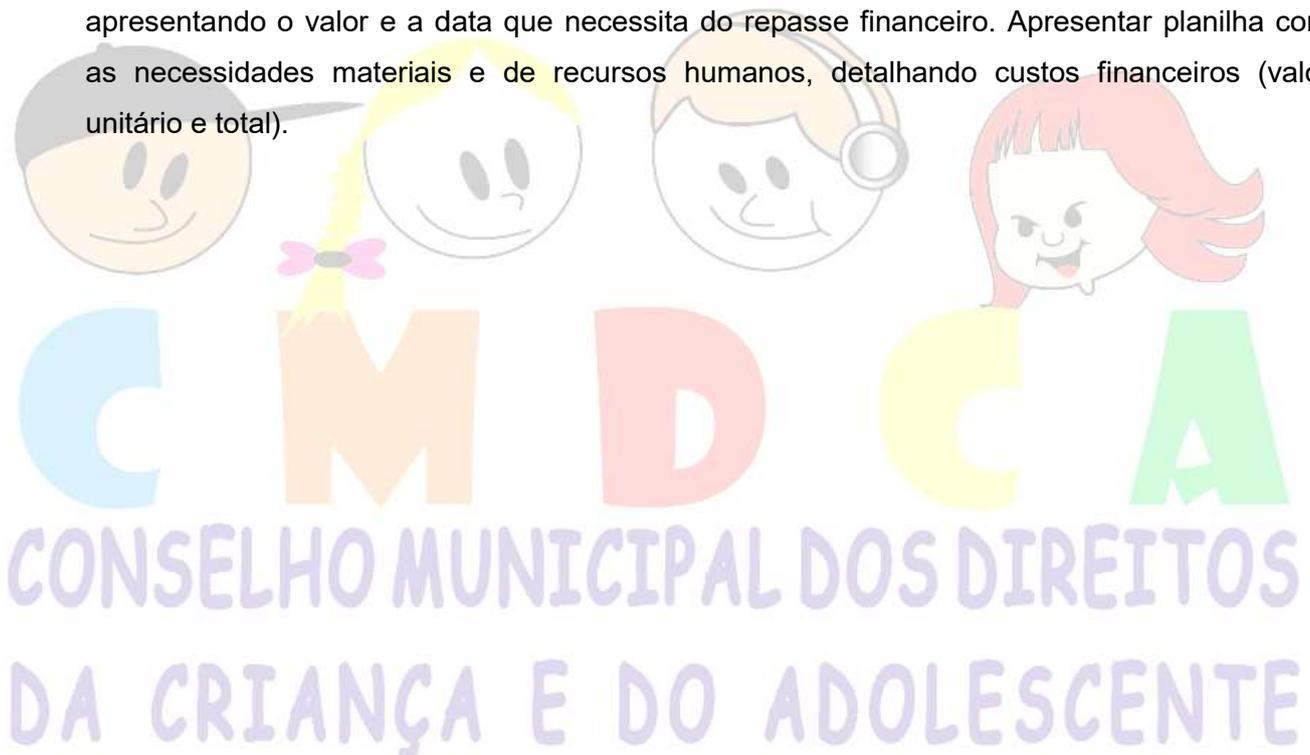
algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos.

3. Os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas:

Apresentar o prazo de como o projeto será desenvolvido em suas ações/atividades, detalhando como as diferentes etapas serão implementadas, alcançando os resultados previstos. Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

4. O valor global:

Deve indicar valor total para a execução do projeto e a forma de desembolso que pretende, apresentando o valor e a data que necessita do repasse financeiro. Apresentar planilha com as necessidades materiais e de recursos humanos, detalhando custos financeiros (valor unitário e total).



Dados Cadastrais		
1.1 - DADOS DA PROPONENTE		
Nome do Órgão ou Organização:		
CNPJ:	Lei de Utilidade Pública:	
Endereço:	Bairro:	
Município:	U.F:	CEP:
DDD/TEL Fixo:	E-mail:	
Agência:	Conta Corrente:	Banco:
1.2 - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE		
Nome:		
Cargo ou Função:	Vigência do Mandato:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Endereço que reside:		
DDD/TEL Fixo:	E-mail:	
Município:	U.F:	CEP:
1.3 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO		
Nome:		
Formação:	Nº Registro no Conselho de Classe:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Endereço que reside:		
DDD/TEL Fixo:	E-mail:	
Município:	U.F:	CEP:

O responsável técnico deverá ser uma pessoa habilitada na área da política pública específica ao objeto da parceria.

_____/_____/_____
Plano Aprovado em

Assinatura Concedente

II - APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

Discorra de forma clara, objetiva e sucinta sobre a apresentação e histórico da Organização, abordando os seguintes tópicos:

O ano da fundação;

Experiência / projetos executados; e

Foco de Atuação



III - APRESENTAÇÃO DO PROJETO	
3.1 Nome do Projeto:	
3.2 Local e endereço de realização do Projeto:	
Territorialização - Área de abrangência:	
3.4 Capacidade Instalada - Estrutura Física : () Própria () Alugada () Cedida () Outros	
3.5 Equipamentos disponíveis (Informar os tipos e quantidade de equipamentos existentes na instituição que poderão ser utilizados durante a execução do objeto).	
IV - OBJETO DA PARCERIA	
4.1 Objeto (Objetivos são os resultados que se pretende atingir quando o projeto tiver sido executado na íntegra e seu objeto tiver sido produzido ou entregue.) :	
4.2 Objetivos Específicos (O objeto ou o produto de um projeto é aquilo que se pretende gerar ao final da execução deste projeto.):	
4.3 Prazo para Execução do Objeto	
Data do Início: / /	Data do Término: / /
4.4 Valor Global para Execução do Objeto R\$ (.....)	
Nº de Parcelas:	Valor das Parcelas:
V - PÚBLICO ALVO	
5.1 Caracterização do público alvo:	
5.2 Faixa Etária:	
5.3 Especificação dos Critérios de Seleção dos Participantes do Projeto:	

_____/_____/_____
Plano Aprovado em

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Assinatura Concedente

VI - JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA PARCERIA

6.1 Contextualização da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver:

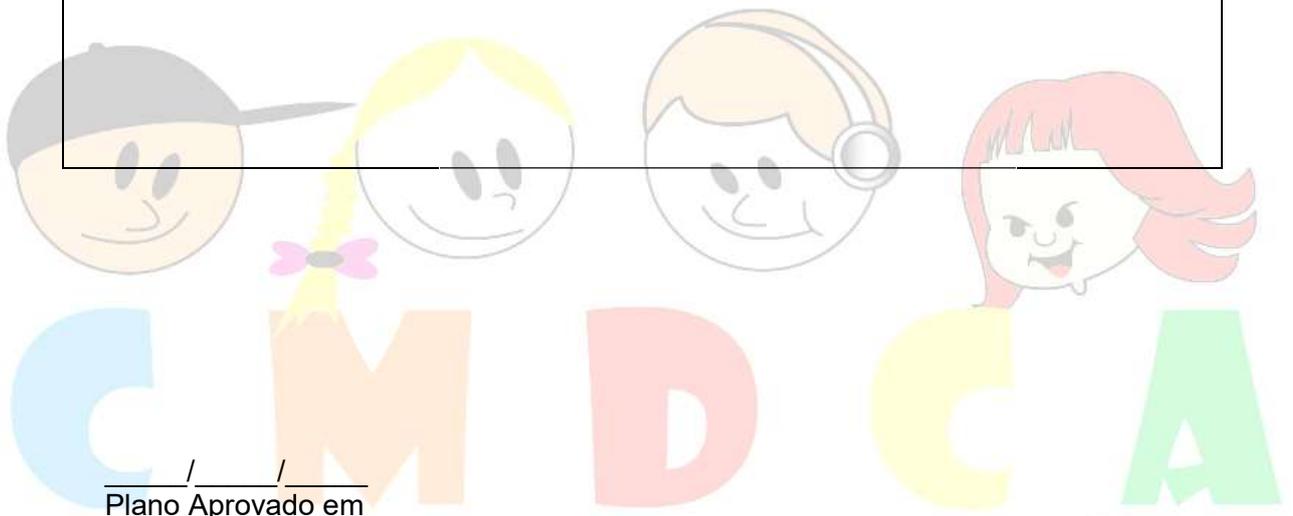
- Descrever de forma clara, objetiva e sucinta o diagnóstico do problema social que motiva a parceria, abordando dos seguintes tópicos:
- Qual o problema?
- Qual a causa do problema?
- Dados populacionais, geográfico, situação socioambiental, econômica, indicadores;
- Comunidade envolvida;
- Demanda existente;
- Fatores que favorecem a realização da parceria;
- Fatores que dificultam a realização da parceria.



VII - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

7.1 Quais técnicas de monitoramento e avaliação serão aplicadas durante a execução do objeto. (Indicar quais são as técnicas, quando serão aplicados e quais os objetivos da aplicação):

7.2 Sustentabilidade do Projeto (Indicar se as ações/atividades terão continuidade após o término da vigência deste termo ou quais estratégias serão utilizadas para garantir a continuidade das ações/atividades):



____/____/____
Plano Aprovado em

Assinatura Concedente

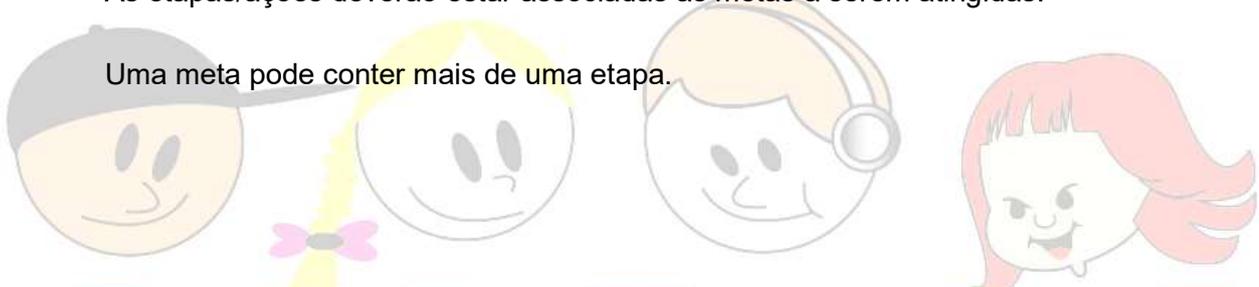
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

VIII – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO OBJETO					
8.1 Descrição da meta					
Meta 01					
Meta 02					
Meta 03					
8.2 Meta	8.3 Etapa	8.4 Indicador Físico		8.5 Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término

Descrever em sequência lógica da execução;

As etapas/ações deverão estar associadas às metas a serem atingidas.

Uma meta pode conter mais de uma etapa.



____/____/____
Plano Aprovado em

Assinatura Concedente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IX - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES										
9.1 Atividades Propostas	9.2 Horários	9.3 Carga Horária	9.4 Dias da Semana						9.5 Período (mês e ano)	
			2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sab	Dom	Inicial

Descrever de forma clara a metodologia para a execução das atividades, conforme as metas apresentadas, abordando os seguintes tópicos:

Como serão realizadas?

Calendário de atividades com respectivos horários/dia da semana.

X - AVALIAÇÃO		
10.1 Meta	10.2 Indicadores	10.3 Método de Verificação
(EXEMPLO) Estimular o desenvolvimento de potencialidades,	Desempenho e destaque	Monitoramento do desempenho

Concedente XI – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2018				
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Jun	Jul	Ago	Set	Out

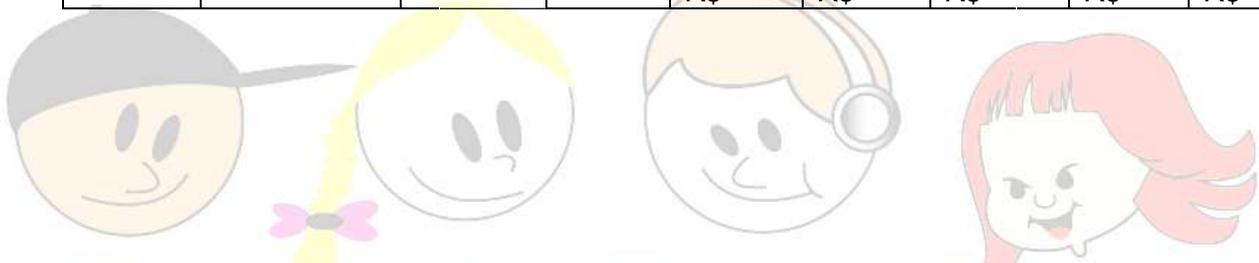
Plano Aprovado em

Assinatura Concedente



XII - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS		
12.1 Código	12.2 Natureza de gastos	12.3 Valores

XIII - DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS COM RECURSOS DA PARCERIA									
13.1 Função / Cargo	13.2 Escolaridade	13.3 Cargas		13.4 Salário Bruto	13.5 FGTS	13.6 INSS Patronal	13.7 PIS	13.8 Adicional Noturno (quando houver)	
		Horária							Semanal



____/____/____
Plano Aprovado em

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Assinatura Concedente



ANEXO VI

TERMO DE FOMENTO

MUNICÍPIO DE GASPAR
Secretaria de Assistência Social

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2019

TERMO DE FOMENTO Nº XXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR, POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE GASPAR E A XXX.

O **MUNICÍPIO DE GASPAR**, por intermédio da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Avenida das Comunidades, 133, Centro, CEP 89110-085 - Gaspar/SC, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Senhor, Secretário Municipal de Assistência Social, **SANTIAGO MARTIN NAVIA** Portador do CPF nº XXXXXXXX, residente na Rua XXXXXXXX, XXX – Bairro XXXXXX, Gaspar - SC, CEP. XXXXXX, nomeado pelo Decreto nº XXXX, de XXXXXXX de 2018, publicado no DOM no dia XXXX de XXXX de 2018, e a **XXXXXXXX**. inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXX**, com sede XXXXXXXXXXXX, nº XX, Bairro: XX. CEP: XX, XX, Santa Catarina, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representa pelo **PRESIDENTE**, Senhor(a) XXX, portadora do CPF nº XXXX, residente na XXX, Bairro: XX, CEP: XX, XX, **RESOLVEM** celebrar o presente termo de fomento registrado sob o nº XXXX regendo-se pelo disposto da lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de XXXX, na Lei 13.019/2014 de 31 de Julho de 2014, Edital de Chamamento Público 04/2018 - CMDCA de Gaspar/SC, consoante o processo administrativo nº XXX e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO



1.1 O presente termo de fomento, decorrente do Edital de Chamamento Publico 002/2018 - CMDCA de Gaspar/SC, tem por objeto, promover o XXXXX

2 DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1 Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Projeto XXXX proposto pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) e aprovado pela comissão especial de seleção do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente, o Edital de Chamamento Publico ____/2018 - CMDCA de Gaspar/SC, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

3 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

3.1 DA CONCEDENTE:

3.1.1 Realizar os atos e os procedimentos relativos a formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de conta se, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;

3.1.2 Transferir a ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros previstos para a execução deste termo de fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

3.1.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste termo de fomento, comunicando a ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações esclarecimentos;



- 3.1.4 Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do termo de fomento e do seu plano de trabalho;
- 3.1.5 Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira;
- 3.1.6 Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais a população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;
- 3.1.7 Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei nº 13.019/2014;
- 3.1.8 Reter a liberação dos recursos quando houver evidencias de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, evidencias de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;
- 3.1.9 Prorrogar de ofício a vigência do termo de fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo Único, da Lei nº 13.019/2014;
- 3.1.10 rubricar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do termo de fomento; e
- 3.1.11 Analisar a prestação de contas relativa a este termo de fomento, nos termos da legislação aplicável.



3.2 DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- 3.2.1 Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias a correta execução deste termo de fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014 e Instrução Normativa N. TC-014/2012;
- 3.2.2 Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente termo de fomento;
- 3.2.3 Executar e fiscalizar os trabalhos necessários a consecução do objeto pactuado no termo de fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- 3.2.4 Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária a celebração deste termo de fomento, de acordo com as normativas do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- 3.2.5 Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- 3.2.6 Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei n° 13.019/2014;
- 3.2.7 Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos Órgãos de controle interno e externos;



- 3.2.8 Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas a execução das despesas;
- 3.2.9 Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este termo de fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas á execução das despesas;
- 3.2.10 Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na clausula atinente ao valor e a dotação orçamentária;
- 3.2.11 Realizar os atos e os procedimentos relativos a formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do termo de fomento, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019/2014, mantendo-o atualizado;
- 3.2.12 Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando sempre que houver alterações;
- 3.2.13 Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do termo de fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- 3.2.14 Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- 3.2.15 Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este termo de fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;



- 3.2.16 Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste termo de fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- 3.2.17 Permitir o livre acesso de conselheiros do CONCEDENTE e dos Órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- 3.2.18 Manter, em seu sítio oficial na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- 3.2.19 Prestar contas ao CONCEDENTE no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do recurso, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do termo de fomento, nos termos do art. 58 da Instrução Normativa N. TC-014/2012, do art. 2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 900/2005 e capítulo IV da Lei nº 13.019/2014;
- 3.2.20 Responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os Ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;
- 3.2.21 Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste termo de fomento e, obedecido o modelo estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente nas placas, painéis, outdoors e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste termo de fomento;

- 3.2.22 Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do termo de fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais as quais se destina;
- 3.2.23 Formalizar promessa de transferência da propriedade a administração pública, no caso de adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, nas hipóteses de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção;
- 3.2.24 Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do termo de fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;
- 3.2.25 Permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso a movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente termo de fomento;
- 3.2.26 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- 3.2.27 Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;
- 3.2.28 Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e
- 3.2.29 Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito as despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4 DO VALORE DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



4.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixado em XXXXX, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso abaixo especificado:

Cronograma de Desembolso	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12

4.2 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, correrão a conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.744/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 28 de novembro de 2016, N° Unidade Gestora: 04 — Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, vinculada ao Programa de Trabalho nº 0027 — Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente, A conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, Fonte de Recursos Próprios, Natureza da Despesa: 3.3.50.43; e

4.3 Não será exigida contrapartida da ORGANIZAGCAO DA SOCIEDADE CIVIL;

5. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados na agência XXXX, específica e isenta de tarifa bancaria, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

5.2 Os recursos da parceria geridos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

5.3 Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

- 5.4 Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do termo de fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e anuência prévia do CONCEDENTE, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 5.5 A conta referida no caput desta Clausula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

6. DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

- 6.1 O presente termo de fomento devera ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as clausulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 E vedado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
- 6.2.1 utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho; e
- 6.2.2 pagar, a qualquer titulo, servidor ou empregado publico, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade publica da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis especificas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 6.3 Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final pela CONCEDENTE e a obrigatoriedade de deposito em sua conta bancaria.

7. DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- 7.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adotara métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de

bens e serviços com recursos transferidos pela CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

- 7.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.
- 7.3 Para fins de comprovação das despesas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos pelo prazo de dez anos, contado do dia Útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, conforme art. 68 da Lei nº 13.019/2014.

8. DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

- 8.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas na CONCEDENTE.
- 8.2 As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do CONCEDENTE, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas a parceria.
- 8.3 Fica designado XXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXX, que atuara como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo



designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução com visitas in loco conforme Decreto XXXX.

- 8.4 A CONCEDENTE realizara visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas previstas neste termo de fomento, hipótese em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devera ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores a realização da visita.
- 8.5 Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na CONCEDENTE e enviado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração publica municipal.
- 8.6 A visita técnica in loco não se confunde com as acôdes de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e externos competentes.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 9.1 O prazo de vigência deste termo de fomento será XXXX meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
- 9.1.1 mediante termo aditivo, por solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela CONCEDENTE; e
- 9.1.2 de ofício, por iniciativa da CONCEDENTE quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
- 9.2 Subclausula Primeira. A prorrogação da vigência prevista no inciso apenas será admitida, mantidas as demais clausulas do termo de fomento, desde que seja



devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pelo CONCEDENTE, considerando as seguintes situações:

- 9.2.1 alteração do Plano de Trabalho sugeridos pelo CONCEDENTE para aperfeiçoamento dos processos dos resultados previstos;
- 9.2.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
- 9.2.3 ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

10. DA ALTERAÇÃO

- 10.1 Este termo de fomento poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.
- 10.2 Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e aprovados previamente pela autoridade competente.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 11.1 A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam o CONCEDENTE avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade



entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.2 Para fins de prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devera apresentar relatório de execução do objeto, ao CONCEDENTE, que conterà, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

11.2.1 a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

11.2.2 a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

11.2.3 os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

11.2.4 os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

11.2.5 informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

11.2.6 informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

11.2.7 informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto; e

11.2.8 justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

11.3 O CONCEDENTE poderá dispensar a observância dos incisos 5 a 7 da subclausula segunda quando a exigência for desproporcional a complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa previa.

11.4 Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV do parágrafo segundo quando já constarem do CONCEDENTE.



- 11.5 Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o CONCEDENTE exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:
- 11.5.1 a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
 - 11.5.2 O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
 - 11.5.3 o extrato da conta bancária específica;
 - 11.5.4 a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
 - 11.5.5 a relação do de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
 - 11.5.6 notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor indicação do produto ou serviço.
- 11.6 A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pelo CONCEDENTE e contemplará:
- 11.6.1 O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
 - 11.6.2 a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.
- 11.7 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter a guarda dos documentos relativos a execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.



- 11.8 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devesse apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias quando for o caso.
- 11.9 A análise da prestação de contas final pelo CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido nos relatórios do CONCEDENTE, que devesse verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerara:
- 11.9.1 o relatório final de execução do objeto;
- 11.9.2 os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- 11.9.3 relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- 11.9.4 relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.
- 11.10 Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliara os efeitos da parceria.
- 11.11 Na hipótese de a análise de que trata a subclausula décima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificara a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que apresente relatório final de execução financeira.
- 11.12 Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos 1 a 4 da subclausula quinta quando ja constarem do CONCEDENTE.
- 11.13 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devesse observar o disposto na Instrução Normativa n. TC - 014/2012, e o Decreto Municipal nº 900/2005 os seguintes prazos:



11.13.1 relatório final de execução do objeto deveser entregue ao CONCEDENTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL; e

11.13.2 O relatório final de execução financeira deveser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

11.14 O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasara a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

11.14.1 aprovação das contas, que ocorrera quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

11.14.2 aprovação das contas com ressalvas, que ocorrera quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

11.14.3 rejeição das contas, que ocorrera nas seguintes hipóteses:

11.14.4 omissão no dever de prestar contas;

11.14.5 descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

11.14.6 Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

11.14.7 desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

11.15 A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria.



11.16 A decisão sobre a prestação de contas final caberá a autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.17 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

11.17.1 apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, a autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Secretário Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

11.17.2 sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no Máximo, por igual período.

11.18 Exaurida a fase recursal, o CONCEDENTE deverá:

11.18.1 no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar no CONCEDENTE as causas das ressalvas; e

11.18.2 no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

11.18.2.1 devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

11.18.2.2 solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento ou de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

11.19 O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

- 11.20 O CONCEDENTE devesa manifestar-se sobre a solicitação de que trata o item 2, alínea “b”, da subclausula décima oitava no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Secretario Municipal.
- 11.21 A realização das ações compensatórias de interesse publico não devesa ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.
- 11.22 Na hipótese do item 2 da subclausula décima oitava, o não ressarcimento ao erário ensejara:
- 11.22.1 a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente;
e
- 11.22.2 O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no CONCEDENTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.
- 11.23 O prazo de análise da prestação de contas final pela administração publica municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.
- 11.24 O transcurso do prazo definido na subclausula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:
- 11.24.1 não impede que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- 11.24.2 não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedações a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
- 11.25 Se o transcurso do prazo definido na subclausula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos,



não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observara a variação anual do índice Nacional de Pregos ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

12. DA RESCISÃO E DA DENUNCIA

12.1 O presente termo de fomento poderá ser:

12.1.1 Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

12.1.2 Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1 Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

12.1.2.2 Inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

12.1.2.3 Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado e;

12.1.2.4 Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instaurado de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

13. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

13.1 Por ocasião da conclusão, denuncia, rescisão ou extinção deste termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devesa restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes, bem



como os bens materiais permanentes adquiridos por ela com os recursos provenientes da parceria.

13.2 Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

13.2.1 O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

13.2.2 os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou a prestação de contas não apresentada; e

13.2.3 o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

13.3 A inobservância ao disposto nesta Clausula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

13.4 Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

13.4.1 nos casos em que for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela mesma; e

13.4.2 nos demais casos, os juros serão calculados partir:

13.4.2.1 do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou



13.4.2.2 do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste item, com subtração de eventual período de inércia do CONCEDENTE quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal.

13.5 Subclausula Quarta. Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL observarão juros equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o Último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

14. DAS SANCOES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

14.1 Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019/2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

14.1.1 Advertência;

14.1.2 Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

14.1.3 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a comissão do CONCEDENTE, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 O CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

14.2.1 caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não devolva os valores repassados relacionados



irregularidade ou inexecução apurada ou a prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

14.2.2 no caso de rejeição da prestação de contas, caso a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

15. DA AÇÃO PROMOCIONAL

15.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente termo de fomento, será obrigatoriamente destacada a participação do CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição Federal.

15.2 Subclausula Primeira. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá disponibilizar para o CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

15.3 Subclausula Segunda. O CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

15.4 Subclausula Terceira. Para garantir acessibilidade ao conteúdo das publicações, todo material produzido deverá apresentar os seguintes dispositivos:

15.4.1 toda obra impressa deverá ser acompanhada de mídia digital acessível contendo, ao menos, um formato de texto com descrição das imagens;

15.4.2 a impressão em Braille poderá ser exigida a depender da tiragem, plano de distribuição previsto no projeto aprovado e análise do Comitê Editorial da CONCEDENTE:

15.4.3 no caso de obra audiovisual, serão exigidos, no mínimo, legenda, janela com intérprete de libras, áudio descrição e menu com áudio; e

15.4.4 no caso de obra de áudio, deveser disponibilizada a transcrição em texto.

16. DOS BENS REMANESCENTES

16.1 Por ocasião da conclusão denuncia, rescisão ou extinção da parceria, OS equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração, serão devolvidos a administração publica no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração publica.

17. DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em razão do presente termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do CONCEDENTE.

17.2 A publicidade de todos os atos derivados do presente termo de fomento deveser ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1 A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deveser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

19. DO FORO

19.1 E obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais litígios decorrentes da execução do termo de fomento, não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste termo de fomento, o foro da Comarca de Gaspar. E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Gaspar, _____ de _____ de 2018

Presidente da XXX

CPF nº xxxxxxxxx

Santiago Martin Navia

Secretário de assistência Social

CPF: 004.713.659-63

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

C M D C A
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



ANEXO VII

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC – 14/2012

